

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Directora Executiva*ETEVALDO DIAS — *Director (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Director de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

Mímica Parlamentar

Há muito se sabe que não pode haver democracia sem Congresso, mas os políticos se esquecem de que, com este Congresso, será impossível à democracia proporcionar tudo de que é capaz. É costume dizer que tudo vai bem quando termina bem. A recíproca também é verdadeira. Tudo vai de mal a pior com o padrão político que se recusa a tomar conhecimento do que pensam os cidadãos a respeito dos partidos, do Senado e da Câmara. No sistema parlamentar de governo ou no presidencialismo, tanto faz, as decisões nacionais que precisam de legitimação passam pelo crivo da representação política.

O eleitorado deu uma contundente demonstração de que está insatisfeito com a conduta dos políticos que passam todo o mandato cuidando apenas da reeleição. Mas parece que não foram suficientes os 75 por cento de rejeição da safra parlamentar anterior, que aprovou com a mão aberta do contribuinte a criação de benefícios e direitos na Constituinte. Imediatamente depois, os mesmos deputados e senadores, no exercício da fase normal do mandato parlamentar, entregaram-se à displicência e reincidiram nos piores hábitos políticos. Não tomaram conhecimento da obrigação de providenciar as leis complementares da Constituição, que eles próprios haviam estabelecido.

Tudo continuou como dantes, no tempo do autoritarismo: semana parlamentar de três dias em Brasília, plenário vazio e decisão por voto de liderança (isto é, um arranjo entre líderes sem capacidade de mobilizar os liderados, e que votam pela bancada sem ter procuração para isso). O artifício foi um expediente providenciado pela contradição do autoritarismo, que manteve o Congresso aberto mas vazio de poder político. De um jeito ou de outro, a Câmara e o Senado referendavam pelo voto ou por omissão, os poucos atos que o Executivo lhes submetia. A contradição era recíproca, porque o Congresso aceitou a esdrúxula divisão de poderes: ficou com a aparência e o encargo formal de aprovar (por bem ou por mal) as decisões autoritárias. Nas poucas vezes que quis tomar posição contrária, foi posto em recesso e baixou o topete. O grande momento teria sido a aprovação das diretas-já, mas — nunca é demais lembrar — o Congresso não entendeu a oportunidade histórica.

Foi este o mal que aniquilou moralmente a representação política tão combatida no julgamento geral. Até hoje o Congresso não conseguiu explicar-se satisfatoriamente. Recebeu benesses e favores, tanto tecnológicos (como recursos da informática para trabalhar) quanto políticos (nomeações, verbas de representação para viagens e mordomias). Fingiu tanto que acabou acreditando

que o fingimento vale como um ato real. Nada se alterou, exteriormente, na atividade parlamentar, mas a confiança se trincou. Com o avanço democrático geral, a questão do Congresso ficou em segundo plano. Mas começou a voltar por força da reincidência do exemplo: deputados e senadores continuam a se comportar como antes, sem dar a mínima ao que deles pensam e dizem os cidadãos. A taxa de renovação parlamentar não os convenceu de que estão incompatibilizados com os eleitores. De repente, porém, a sociedade passou a demonstrar a sua insatisfação. As pesquisas de opinião são contundentes, mas a representação política, ensimesmada na sua incolumidade, recusa-se a ouvir a verdade e transfere a culpa do seu descrédito à imprensa.

Todos os deputados e senadores continuaram a ir e vir, entre as suas bases políticas e o Congresso, como se nada tivesse acontecido e o país ainda fosse regido pelo consentimento autoritário. Desempenhavam a mímica da representação mas só representavam mesmo a impotência política que foi afastando da vida política os melhores deles. No lugar destes, os piores foram formando uma bancada medíocre que entende o exercício do mandato apenas pelo lado dos proveitos. O autoritarismo não se importava com isso: queria que o Congresso fosse apenas uma referência para uso externo. E os políticos simulavam uma falsa e inconvincente dignidade, pela qual aceitavam todas as restrições políticas como um sacrifício pela democracia.

A credibilidade democrática foi abalada mas nem agora, com a incapacidade de redimir-se, o Congresso se dá conta de que é a peça mais fraca da engrenagem política. A prova é que não se emenda e argui a suspeição de quem o critica, atribuindo-lhe segunda intenção. O Legislativo não é um poder para mostrar gratidão ao autoritarismo que o preservou da dissolução. Nem para escamotear a sua responsabilidade na reconstrução econômica e social do país com o velho jogo demagógico que lhe permitia, por interesse eleitoral, ser simpático aos benefícios, aos salários e aos favores, de olho no voto do cidadão. Mas é o que continua fazendo. Que fez este ano o Congresso? Nada. Daqui a pouco sai para o recesso de meio do ano e na volta não terá número para votação nem mesmo uma vez por semana. Vai à campanha eleitoral.

Não é apenas pelo que deixou de fazer (e que já seria suficiente para incompatibilizá-lo com os eleitores) mas também pelo que fez e apenas foi capaz de confirmar todas as suspeitas de que continua longe da recuperação.